



# IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

Leme, 7 de Janeiro de 2026 • Número 3910 • [www.leme.sp.gov.br](http://www.leme.sp.gov.br)

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME

Política de Investimentos VERSÃO

01.2026 APROVADO

23/12/2025

Elaboração: Gestor dos Recursos e Comitê de Investimentos

Aprovação: Conselho Deliberativo

### SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO	3
3. CATEGORIZAÇÃO DO RPPS	3
4. ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA	4
5. META DE RENTABILIDADE	7
6. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS	8
7. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	15
8. CONTROLE DE RISCO	15
9. ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT	20
10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO	21
11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	21
12. CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE	22
13. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	28
14. FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES	34
15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	34
16. PLANO DE CONTINGÊNCIA	35
17. CONTROLES INTERNOS	38
18. DISPOSIÇÕES GERAIS	39
19. ASSINATURAS	40

### 1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Investimentos tem como propósito estabelecer os fundamentos que nortearão a aplicação dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME. Trata-se de um documento estratégico que reflete o compromisso da unidade gestora com a boa governança, a sustentabilidade e a proteção do patrimônio previdenciário.

Este instrumento busca assegurar que as decisões de investimento sejam tomadas de forma planejada, responsável e transparente, garantindo o alinhamento entre os recursos financeiros disponíveis e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, define diretrizes, limites, critérios de risco e mecanismos de acompanhamento que permitam à gestão previdenciária atuar de maneira prudente e eficiente.

A Política de Investimentos é também um instrumento de comunicação e prestação de contas à sociedade, aos segurados e beneficiários, bem como aos órgãos de controle. Sua função é demonstrar a seriedade com que a unidade gestora administra recursos de natureza pública, adotando práticas que privilegiam a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a solvência, sempre em equilíbrio com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Assim, esta Política de Investimentos representa, portanto, o compromisso do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME com a boa gestão dos recursos previdenciários, garantindo segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação às obrigações e transparência em todas as etapas de suas operações.

### 2. OBJETIVO

O objetivo central desta Política de Investimentos é estabelecer as diretrizes que assegurem a aplicação responsável e eficiente dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, de forma a preservar seu equilíbrio financeiro e atuarial e garantir o pagamento presente e futuro dos benefícios previdenciários.

Busca-se alinhar a estratégia de investimentos às necessidades de curto, médio e longo prazo do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, assegurando a compatibilidade entre os ativos financeiros e as obrigações previdenciárias assumidas. Para tanto, este documento orienta a seleção, a alocação e o monitoramento dos investimentos, com base em princípios de prudência, diversificação e sustentabilidade.

Além de servir como guia para a tomada de decisões, a Política de Investimentos cumpre a função de reforçar a transparência na gestão pública, permitindo que segurados, beneficiários e órgãos de controle acompanhem de forma clara e objetiva as escolhas realizadas e os resultados obtidos.

Assim, este documento consolida-se como instrumento essencial para o fortalecimento da confiança na gestão previdenciária, contribuindo para a estabilidade do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME e para a proteção dos direitos presentes e futuros dos seus participantes.

### 3. CATEGORIZAÇÃO DO RPPS

Para fins de classificação, os Regimes Próprios de Previdência Social podem ser enquadrados como Investidor Comum, Qualificado ou Profissional. Essa categorização é importante porque define quais tipos de investimentos o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME poderá acessar e em quais condições.

De forma prática, a classificação leva em consideração dois aspectos principais:

- ☐ Patrimônio Aplicado: o volume de recursos sob gestão, registrado no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR;
- ☐ Nível de Aderência ao Pró-Gestão RPPS: certificação que avalia governança, controles internos e práticas de gestão.

Para ser reconhecido como Investidor Qualificado, o RPPS deve possuir patrimônio aplicado igual ou superior a R\$ 10 milhões e ter obtido Certificação Institucional no Pró-Gestão em um dos níveis de aderência. Já para a categoria de Investidor Profissional, exige-se patrimônio aplicado igual ou superior a R\$ 500 milhões, além da Certificação Institucional Pró-Gestão no Nível IV.

Caso o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME não atenda a esses requisitos, será classificado como Investidor Comum, ficando restrito a investimentos compatíveis com essa categoria, sem acesso a fundos destinados a investidores qualificados ou profissionais.

Para apoiar essa classificação, são observadas as seguintes informações:

Análise do Perfil

Patrimônio Líquido sob gestão (R\$) 520.123.156,75

Nível de Aderência conquistado no Pró-Gestão NÍVEL II

Vencimento da Certificação Pró-Gestão 11/01/2027

Fonte: O próprio LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME

Atualmente, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME encontra-se classificado como INVESTIDOR QUALIFICADO. Havendo a obtenção e/ou progressão na Certificação Pró-Gestão, a categorização será revista e o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverá promover as adequações necessárias nesta Política de Investimentos dentro de prazo de até 90 (noventa) dias, de forma a refletir fielmente sua nova condição de enquadramento.

#### 4. ESTRUTURA DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Os responsáveis pela gestão da unidade gestora do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME têm como uma de suas principais responsabilidades a busca contínua pelo aperfeiçoamento técnico, exercendo suas atividades com boa-fé, legalidade e diligência. Devem zelar por elevados padrões éticos e adotar boas práticas de gestão previdenciária, em consonância com os princípios do Pró-Gestão, de modo a garantir o cumprimento das obrigações do regime.

Entende-se por responsáveis aqueles que participam dos processos de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão, assim como os agentes de mercado que atuam na distribuição, intermediação e administração de fundos de investimento e ativos financeiros relacionados. As atribuições de cada agente estão detalhadas nos manuais internos e nas políticas institucionais do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, instituídos como Regras, Procedimentos e Controles Internos.

A governança do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME é composta por instâncias que atuam de forma integrada e complementar:

☐ Conselho Deliberativo: órgão máximo de deliberação, responsável por aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução;

☐ Conselho Fiscal: responsável por fiscalizar a gestão administrativa, contábil e financeira;

☐ Comitê de Investimentos: órgão técnico de formulação e execução da Política de Investimentos, responsável por assessorar, analisar cenários, propor estratégias e acompanhar a performance da carteira do LEMEPREV.

☐ Gestor de Recursos: responsável por executar a Política de Investimentos do LEMEPREV, selecionando os ativos e seus prazos, em conformidade com a política de investimentos, regulamentos e legislação aplicáveis.

Todo o processo de execução da Política de Investimentos e de outras diretrizes legais devem ser deliberadas e fiscalizadas pelos conselhos competentes, com apoio dos mecanismos de controle interno, assegurando transparência e conformidade em todas as etapas.

##### Modelo de Gestão

De acordo com as hipóteses previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu art. 95, incisos I, II e III, a gestão das aplicações dos recursos poderá ser realizada por meio de gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME será PRÓPRIA.

A adoção deste modelo significa que a totalidade dos recursos financeiros ficará sob a gestão e responsabilidade do próprio LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, na figura dos colaboradores diretamente envolvidos no processo de gestão dos recursos e investimentos.

A gestão das aplicações dos recursos contará com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência, conforme exigido na Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações.

##### Órgãos de Execução, Deliberação e Fiscalização

Os recursos financeiros do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME visam à constituição das reservas garantidoras dos benefícios e devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos recursos do Ente Federativo. Esses mesmos recursos serão geridos em conformidade com a Política de Investimentos, com os critérios para credenciamento das Instituições Financeiras e contratação de prestadores de serviços.

A estrutura interna definida através da LEI nº 840/2020 garante a segregação de atividades entre dirigentes, conselheiros, gestores dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, em linha com as boas práticas de gestão e governança previdenciária.

##### 4.2.1 Conselho Deliberativo

Compete ao Conselho Deliberativo aprovar a Política de Investimentos e acompanhar sua execução, deliberar sobre as estratégias de gestão de recursos e zelar pelo cumprimento das normas e objetivos previdenciários. Atua como instância máxima de decisão no âmbito do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, com responsabilidade de orientar a condução da gestão em consonância com os princípios de legalidade, eficiência e interesse público.

##### 4.2.2 Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir parecer sobre a gestão administrativa, contábil e financeira, acompanhar a execução orçamentária e verificar a conformidade da aplicação dos recursos com a legislação vigente e com esta Política de Investimentos. Sua atuação assegura a fiscalização independente e contínua das atividades do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME fortalecendo o controle interno.

##### 4.2.3 Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos a formulação e execução da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, que devem submetê-la para aprovação do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, ambos órgãos superiores de competência do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME.

##### 4.2.4 Conflito de Interesses

É de fundamental importância a condução das atividades de gestão de investimentos dentro dos mais elevados padrões éticos, estabelecendo gerenciamento e mitigação de potenciais ou efetivos conflitos de interesse que possam existir com a finalidade de preservar e proteger os interesses dos segurados, contribuindo para a independência da atividade de administração da Carteira de Investimentos.

As normas apresentadas nesta Política de Investimentos são aplicáveis a todos que de qualquer forma, direta ou indireta, participe ou corrobore com uma decisão relativa à gestão dos investimentos.

##### Princípio Éticos

• Os responsáveis pela condução, fiscalização e execução da gestão da carteira de investimentos devem desempenhar suas atividades dentro de elevados padrões éticos, com imparcialidade e de acordo com o Código de Ética do LEMEPREV.

• Os envolvidos na gestão de investimentos devem dar tratamento transparente e equitativo a todos os interessados sem exceção.

• Proteger os interesses dos segurados.

• Prestar serviços com diligência e atenção.

• O servidor deve informar os possíveis conflitos de interesse no exercício de suas atividades.

Os conflitos de interesses apresentados formalmente quando da participação do envolvido em processo de tomada de decisão relativo aos investimentos serão tratados pela Comissão de Ética que informará ao Comitê os resultados apurados.

**4.2.5Observância aos Critérios de Elegibilidade**

Os responsáveis pela gestão do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME e aqueles que participam diretamente do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão estão submetidos a critérios de elegibilidade, em razão da relevância de suas atribuições.

Os critérios de elegibilidade e permanência nos cargos dentro do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME estão descritos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 (“Lei nº 9.717/1998”), incluídos pela Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019 (“Lei nº 13.846/2019”) e na Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu Art. 76, além das exigências constantes no Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5.

Os membros da Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Gestor dos Recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

a) não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das situações de inelegibilidade previstas na legislação aplicável;

b) possuir certificação válida, obtida junto a entidade certificadora reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Previdência, conforme os critérios do Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5;

c) possuir experiência comprovada no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

d) ter formação superior.

De acordo com o Manual de Certificação Profissional RPPS versão 1.5, os dirigentes, membros dos conselhos, o Gestor dos Recursos e os integrantes do Comitê de Investimentos estão obrigados a apresentar suas respectivas certificações dentro dos prazos estabelecidos. Caberá ao LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME e ao Ente Federativo verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e encaminhar as informações à Secretaria de Previdência.

A comprovação do critério “a” deverá ser atualizada a cada dois anos. Caso haja ocorrência impeditiva, o profissional deixará de ser considerado habilitado para o exercício da função a partir da data do ato ou fato obstativo. A comprovação do critério “b” será feita mediante apresentação do certificado emitido pela entidade certificadora após a obtenção da certificação RPPS, conforme as regras do Manual versão 1.5.

**5.META DE RENTABILIDADE**

A Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas avaliações atuariais seja equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média – ETTJ esteja o mais próximo à duração do passivo do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME.

A taxa atuarial de juros, também conhecida como meta atuarial, é utilizada no cálculo das avaliações atuariais para trazer ao valor presente líquido todos os compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, determinando o montante de patrimônio que o RPPS deverá possuir para manter o equilíbrio atuarial.

Esse equilíbrio somente será possível se os recursos forem remunerados, no mínimo, por uma taxa igual ou superior. Caso a taxa que remunerar os recursos seja inferior à taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará deficitário, comprometendo o pagamento futuro dos benefícios.

Considerando:

□ a Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, em seu artigo 2º, que estabelece a taxa de juros parâmetro cujo ponto da ETTJ mais próximo à duração do passivo do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, no valor de 5,54 % (19,37 anos);

□ a verificação do cumprimento da meta de rentabilidade nos últimos cinco exercícios antecedentes à data focal, podendo ser acrescidos 0,15 ponto percentual a cada ano na taxa de juros parâmetro definida, limitada a 0,6 ponto percentual;

□ que o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME atingiu meta de rentabilidade no ano de 2023;

Fica definida como Meta de Rentabilidade o valor de IPCA + 5,69%.

Observada a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, em cumprimento à Lei nº 9.717/1998, em seu art. 1º, a meta de rentabilidade poderá ser diferenciada por períodos dentro do próprio exercício, prospectada de acordo com o perfil da carteira de investimentos e com o cenário macroeconômico e financeiro.

**6.ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS**

Os responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME devem observar os limites e critérios estabelecidos nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 4.963/2021 e qualquer outro ato normativo relacionado ao tema, emitido pelos órgãos de fiscalização e orientação.

A estratégia de alocação dos recursos para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e das projeções futuras de déficit e/ou superávit.

Alocação Estratégica para o exercício de 2026 e os próximos 5 anos

Segmento			Carteira		Estratégia de Alocação -				
					Política de Investimento de 2026			Estratégia de Alocação	
								Próximos 5 anos	
Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	\$	%	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	100,00%	151.995.709,03	29,22%	15,00%	35,00%	50,00%	15,00%	50,00%
	7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	72.698.664,58	13,98%	0,00%	20,00%	85,00%	0,00%	85,00%
	7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP	100,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	5,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI Referenciados RF	70,00%	187.410.686,97	36,03%	10,00%	20,00%	60,00%	10,00%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	70,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%			0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	222.432,15	0,04%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
	7º V b - FI Renda Fixa “Crédito Privado”	10,00%			0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	100,00%	412.327.492,73	79,27%	25,00%	75,00%	210,00%	25,00%	210,00%
Renda Variável, Estruturados e FII									
	8º I - FI de Ações	40,00%	70.845.282,85	13,62%	5,00%	15,00%	30,00%	5,00%	30,00%
	8º II - ETF - Índice de Ações	40,00%			0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	11.134.727,19	2,14%	0,00%	4,00%	10,00%	0,00%	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	958.369,07	0,18%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
	10º III - FI Mercado de Acesso	5,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	10,00%	669.300,00	0,13%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturado e FII	40,00%	83.607.679,11	16,07%	5,00%	19,00%	60,00%	5,00%	60,00%
Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	9º II - Constituídos no Brasil	10,00%	15.708.271,12	3,02%	0,00%	3,00%	10,00%	0,00%	10,00%

	9º III - Ações - BDR Nível I	10,00%	8.479.713,79	1,63%	0,00%	3,00%	10,00%	0,00%	10,00%
	Limite de Investimentos no Exterior	10,00%	24.187.984,91	4,65%	0,00%	6,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Consignado	12º - Empréstimo Consignado	10,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Total da Carteira de Investimentos		520.123.156,75	100%	30,00%	100,00%	290,00%	30,00%	290,00%

Na tabela de alocação estratégica aplica-se a regra do Túnel de Movimentação: o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deve manter sua alocação dentro dos limites mínimo e máximo definidos para cada segmento, não podendo ultrapassar o teto nem permanecer abaixo do piso estabelecido. A gestão deve priorizar que a carteira de investimentos permaneça próxima ao percentual de referência indicado na coluna central da tabela, que corresponde à alocação estratégica definida para o exercício.

Para a elaboração e definição dos limites apresentados foram considerados inclusive as análises mercadológicas e as perspectivas, bem como a compatibilidade dos ativos investidos atualmente pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras.

Para efeitos de alocação estratégica, segundo a Resolução CMN nº 4.963/2021, art. 3º e 6º, são considerados recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME: (i) as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital; (ii) os demais ingressos financeiros auferidos pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME; (iii) as aplicações financeiras e (iv) os títulos e valores mobiliários.

Não serão considerados recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME para efeitos de alocação estratégica os recursos provenientes de: (i) ativos vinculados por lei ao LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME; (ii) demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; (iii) as disponibilidades financeiras mantidas em conta corrente e (iv) as contas de fundos de investimento imobiliário.

#### Segmento de Renda Fixa

Obedecendo os limites permitidos para o segmento de renda fixa pela Resolução CMN nº 4.963/2021, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME propõe-se adotar o limite de máximo de 95% dos recursos disponíveis para investimentos.

A negociação de títulos públicos no mercado secundário (compra e venda) obedecerá ao disposto no Art. 7º, inciso I, alínea “a” da Resolução CMN nº 4.963/2021, devendo estar devidamente registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Na hipótese de aquisição direta de títulos públicos, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverá comprovar:

□ a consulta prévia às informações divulgadas por entidades representativas do mercado financeiro e de capitais, reconhecidas pela transparência e padrão técnico, considerando preços e taxas de referência, bem como o volume e condições das operações registradas no SELIC antes do fechamento da operação;

□ a realização das operações por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;

□ a guarda dos registros relativos aos valores, condições e volumes efetivamente negociados; e

□ a titularidade dos títulos adquiridos em nome do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, com base em informações de sistemas de registro, custódia ou liquidação financeira, devidamente depositados perante o SELIC.

Para comprovação de operações realizadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverá arquivar os documentos de comunicação com a Instituição que participou do leilão.

Na hipótese de aquisição de Letras Financeiras, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME observará as condições de elegibilidade previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021, em especial quanto à emissão por Instituições Financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluídas na Lista Exaustiva de Instituições Financeiras divulgada pela Secretaria de Previdência - SPREV, adotando essa lista como critério OBRIGATÓRIO de seleção para garantir conformidade com os requisitos de governança e risco (art. 21, § 2º, inciso I, e § 8º).

As operações serão realizadas seguindo os procedimentos normais de mercado, compreendendo negociação direta com a instituição emissora ou por meio de distribuidora devidamente autorizada, participação em ofertas primárias ou negociações no mercado secundário, sempre com registro em sistemas de custódia ou liquidação financeira autorizados.

As Letras Financeiras poderão ser objeto de recompra pelo emissor ou de venda no mercado secundário, inclusive com negociação a valor de face, com prêmio ou com deságio, de acordo com as condições de mercado vigentes. O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME manterá arquivada a documentação comprobatória de cada operação, assegurando a transparência, a rastreabilidade e a segurança das transações realizadas.

#### Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados e Fundos de Investimentos Imobiliários

Em relação ao segmento de renda variável, investimentos estruturados e fundos de investimentos imobiliários, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados nos segmentos, não poderão exceder cumulativamente ao limite de 30% da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME propõe adotar como limite máximo o percentual de 40% da totalidade dos recursos.

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN nº 4.963/2021, os fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”.

As aplicações em Fundos de Investimento Imobiliário (FII) são admitidas dentro deste segmento, desde que respeitados os requisitos de elegibilidade e credenciamento previstos na regulamentação vigente. Ressalta-se que os FIIs não devem ser confundidos com aportes de bens, direitos e ativos de natureza imobiliária realizados diretamente pelo Ente Federativo ao LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, que possuem regimento próprio.

As decisões de investimento em renda variável, estruturados e fundos imobiliários deverão ser fundamentadas em análises técnicas, de risco e de aderência à estratégia de alocação definida, priorizando a segurança, a liquidez e a rentabilidade compatíveis com os objetivos de longo prazo do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME.

#### Segmento de Investimentos no Exterior

No segmento classificado como “Investimentos no Exterior”, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal dos recursos alocados não poderá exceder cumulativamente ao limite de 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente.

Neste sentido, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME propõe adotar como limite máximo o percentual de 10% da totalidade dos recursos.

Serão considerados aptos a receber recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME apenas os fundos de investimento constituídos no exterior que possuam histórico mínimo de 12 (doze) meses, cujos gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem, na data do aporte, montante de recursos de terceiros equivalente a pelo menos US\$ 5 bilhões.

As aplicações deverão ser realizadas em conformidade com os critérios de governança, transparência e gestão de riscos estabelecidos na regulamentação vigente, observando-se sempre a compatibilidade com o perfil de investimentos e com os objetivos previdenciários de longo prazo do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME.

#### Empréstimo Consignado

Para o segmento de Empréstimo Consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas, a Resolução CMN nº 4.963/2021 estabelece que o limite legal é de 10,00% (dez por cento) da totalidade dos recursos.

A Política de Investimentos para o exercício de 2026 não contemplará a possibilidade da concessão e administração de empréstimo consignado pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, portanto, permanece o limite percentual de 0% (zero por cento) na aplicação de recursos.

#### Taxa de Performance

A taxa de performance corresponde a uma taxa cobrada por um fundo de investimento pela rentabilidade acima de algum benchmark pré-estabelecido em regulamento, sendo, portanto, uma recompensa pelo bom desempenho dos gestores.

A aplicação dos recursos efetuados pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME em fundos de investimentos que prevê em regu-



lamentos ou contratos cláusulas de pagamento da taxa de performance, deverão apresentar as seguintes condições:

☐ Quando pode cobrar: somente se a rentabilidade do fundo superar 100% do benchmark.

☐ Sem prejuízo: só haverá cobrança se o saldo do investimento estiver maior que o valor aplicado inicialmente ou maior que o saldo da última cobrança de performance (quando houver).

☐ Periodicidade: a apuração e cobrança deve ocorrer no mínimo a cada 6 (seis) meses (não pode ser mensal ou trimestral).

☐ Transparência: o regulamento/contrato deve informar, de forma simples, qual é o benchmark, qual é o percentual da taxa e como é feito o cálculo (período de medição e eventuais ajustes).

☐ Relato de cobrança: a cada evento, o administrador/gestor deve enviar demonstrativo com a memória de cálculo e a comparação com o benchmark do período.

☐ Fundos de fundos: deve-se evitar dupla cobrança (priorizar fundos com abatimento/compensação quando investem em outros fundos com performance).

☐ Compatibilidade com o risco: só utilizar fundos de investimentos com taxa de performance se estiverem alinhados à alocação estratégica e aos limites de risco desta Política.

As condições acima integram os critérios de credenciamento e diligência para seleção e acompanhamento de fundos de investimentos, devendo constar nos relatórios de análise, pareceres e nos processos de seleção e monitoramento.

#### Limites Gerais

Para fins de acompanhamento dos limites gerais da carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, serão consolidadas as posições das aplicações realizadas diretamente e indiretamente por meio de fundos de investimento (FI) e fundos de investimento em cotas (FICFI). A aferição considerará o critério de transparência proporcional da carteira dos fundos (com base em informações oficiais do administrador/gestor), de modo a refletir de forma fiel a exposição por emissor, ativo e segmento.

Os limites aplicáveis a títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão aqueles previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, observados, adicionalmente, os limites internos desta Política.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME limitado a 20% de exposição, com exceção dada aos fundos de investimentos enquadrados no Art. 7º, inciso I, alínea “b” da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A exposição do total das aplicações do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME no patrimônio líquido de um mesmo fundo de investimento fica limitada a 15% (quinze por cento). Para fundos classificados como FIDC – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Crédito Privado e Fundos de Infraestrutura, a exposição em um mesmo fundo fica limitada a 5% (cinco por cento). Para os fundos classificados como Investimentos no Exterior, considera-se, para efeito de cálculo, o patrimônio líquido do fundo de investimento constituído no exterior.

Os limites deste subitem não se aplicam a fundos de investimentos que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais ou em operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

Para FIDC que integrem a carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME a partir de 1º de janeiro de 2015, o limite por fundo de investimentos será calculado em proporção ao total de cotas da classe sênior, e não sobre o total de cotas do fundo.

O total das aplicações dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME em fundos de investimento não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, os limites definidos nesta Política de Investimentos serão elevados gradativamente de acordo com o nível conquistado em consonância com o disposto no art. 7º, § 7º, art. 8º, § 3º, art. 10º, § 2º e art. 14º, § único da Resolução CMN nº 4.963/2021.

A verificação de limites será realizada mensalmente (ou em frequência superior quando houver eventos relevantes), com registro documental das evidências e relato ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de governança.

Em eventual desenquadramento dos limites previstos, o Comitê de Investimentos, em conjunto com o Gestor dos Recursos, adotará as medidas previstas no Plano de Contingência desta Política, distinguindo-se, quando aplicável, situações de desenquadramento passivo e/ou ativo, com as respectivas providências, prazos e registros em ata.

#### Demais Enquadramentos

O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME observa todos os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.963/2021, destacando-se as disposições a seguir:

☐ Poderão ser mantidas em carteira de investimentos, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Política de Investimentos e a Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação a natureza de suas obrigações e transparência;

☐ Poderão ainda ser mantidas em carteira de investimentos, até seu respectivo encerramento, os fundos de investimentos que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas superior a 180 (cento e oitenta) dias, estando o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME obrigado a demonstrar a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão dos recursos.

Serão adotados como situações involuntárias:

☐ Entrada em vigor de alterações da Resolução vigente;

☐ Resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME não efetue novos aportes;

☐ Valorização ou desvalorização dos demais ativos financeiros e fundos de investimentos que incorporam a carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME;

☐ Reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME;

☐ Ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa;

☐ Aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica, com exceção do exposto na Nota Técnica SEI nº 457/2022/MTP; e

☐ Aplicações efetuadas em fundos de investimentos ou ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021.

☐ Se os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimentos e os seus emissores deixarem de ser considerados como de baixo risco de crédito, após as aplicações realizadas pela unidade gestora.

Na obtenção da Certificação Institucional Pró-Gestão, as alterações de limites decorrentes do nível de aderência não serão consideradas desenquadramento, ficando assegurado ao LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME o prazo de 90 (noventa) dias para revisão e adequação desta Política aos novos parâmetros.

Todos os casos deverão ser registrados em ata, acompanhados de parecer técnico e plano de ação, com comunicação ao Comitê de Investimentos e demais instâncias de superiores de deliberação.

#### Vedações

As vedações previstas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022 aplicam-se a todas as aplicações do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, diretas e indiretas. Compete ao Gestor dos Recursos e ao Comitê de Investimentos zelar pelo cumprimento dessas restrições.

O Gestor dos Recursos e o Comitê de Investimento do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverão seguir as vedações estabelecidas na Resolução CMN nº 4.963/2021, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- ☐ Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e
- ☐ Aquisição de ativos classificados abaixo do rating mínimo estabelecido nesta Política.

Quanto a aquisição de Títulos Públicos, conforme disposta na Portaria MTP nº 1.467/2022, fica o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME vedado de adquirir:

- ☐ Títulos que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;
- ☐ Títulos que não sejam registradas no SELIC; e
- ☐ Títulos que sejam emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

### 7. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

A concessão e administração de empréstimo consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas (tomadores) por parte do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, se faz necessário o estabelecimento das políticas, condições, diretrizes, controles e a gestão dos processos, desde a concessão, administração, operacionalização e cobrança.

O empréstimo concedido aos tomadores é considerado uma aplicação financeira para o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LEME, conforme determina a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Devido à complexidade na construção e adoção de parâmetros específicos de governança para o processo de implantação da modalidade, o LEMEPREV-Instituto de Previdência do Município de Leme adota, neste momento, como limite o percentual de 0% (zero por cento) da totalidade dos recursos.

### 8. CONTROLE DE RISCO

Diante da metodologia e os critérios a serem adotados ao analisar os riscos dos investimentos, assim como as diretrizes para seu controle e monitoramento, é necessário observar a avaliação dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros específicos a cada operação e tolerância a esses riscos.

As aplicações financeiras estão sujeitas à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

☐ Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro. O risco de mercado, também denominado risco sistemático, representa a exposição dos ativos às flutuações amplas e imprevisíveis do ambiente financeiro, decorrentes de fatores macroeconômicos, políticos e conjunturais globais. Trata-se de um risco que afeta transversalmente os diferentes segmentos do mercado e que não pode ser eliminado por meio da diversificação da carteira, uma vez que se refere às variações sistêmicas que impactam o conjunto dos ativos financeiros

☐ Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas. refere-se à possibilidade de o emissor ou tomador de recursos não honrar seus compromissos financeiros, total ou parcialmente, na data acordada;

☐ Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negociação e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado. O risco de liquidez refere-se à possibilidade de um ativo financeiro não poder ser convertido em dinheiro com rapidez e sem perdas significativas de valor. Em outras palavras, é o risco de que o investidor enfrente dificuldades para vender ou resgatar determinado ativo no mercado, especialmente em momentos de instabilidade ou necessidade urgente de recursos;

☐ Risco Operacional – é o risco de perdas financeiras causadas por erros em processos, políticas, sistemas ou eventos falhos ou falhas que interrompem as operações de negócios. Erros de funcionários, atividades criminosas como fraudes e eventos físicos estão entre os fatores que podem desencadear o risco operacional. Em outras palavras, o risco operacional é qualquer ameaça que possa afetar o funcionamento do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME e reduzir a qualidade operacional como um todo. O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas em processos internos, políticas, sistemas ou eventos externos que comprometem o funcionamento das operações de negócios. Entre os fatores que podem desencadear esse tipo de risco estão erros humanos, atividades ilícitas como fraudes, e eventos físicos inesperados. Em outras palavras, o risco operacional representa qualquer ameaça capaz de afetar o desempenho do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME e comprometer a qualidade das operações como um todo;

☐ Risco Legal - O risco legal é a possibilidade de uma organização sofrer perdas financeiras ou de reputação como resultado de uma violação da lei ou de um processo legal. Isso pode ser causado por uma variedade de fatores. O risco legal pode ter um impacto significativo nas operações podendo levar a multas, indenizações, sindicâncias e processos administrativos. O risco legal refere-se à possibilidade de uma organização enfrentar perdas financeiras ou danos à reputação em decorrência de violações legais, litígios ou processos judiciais. Esse risco pode surgir por diversos fatores, como descumprimento de normas, contratos mal elaborados, práticas comerciais inadequadas ou mudanças na legislação. Seu impacto pode ser significativo, afetando diretamente as operações da empresa e resultando em multas, indenizações, investigações, processos administrativos e até restrições regulatórias.

#### Controle do Risco de Mercado

O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo:

O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME utiliza o modelo de Value-at-Risk (VaR) como principal ferramenta para o controle do risco de mercado. Essa métrica é amplamente reconhecida por sua capacidade de quantificar a exposição da carteira a variações adversas de mercado, estimando a perda máxima potencial esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e com base em um intervalo de confiança estatístico previamente definido.

O VaR permite à organização antecipar cenários desfavoráveis, avaliar o impacto de eventos extremos e adotar estratégias mitigadoras de forma proativa, contribuindo para uma gestão de risco mais robusta e eficiente.

#### Metodologia de Cálculo

O cálculo do VaR pode ser realizado por meio de diferentes abordagens, classificadas em dois grandes grupos:

- ☐ VaR Paramétrico: Utiliza pressupostos estatísticos sobre a distribuição dos retornos dos ativos (geralmente normal), aplicando modelos como o de variância-covariância para estimar a perda esperada. É eficaz em ambientes com comportamento bem definido e baixa volatilidade;
- ☐ VaR Não Paramétrico (Simulações): Dispensa qualquer hipótese sobre a distribuição dos retornos. Baseia-se em técnicas empíricas, como:

o Simulação Histórica: Analisa retornos passados para projetar perdas potenciais futuras.

oSimulação de Monte Carlo: Gera múltiplos cenários de retornos aleatórios com base em parâmetros de volatilidade, correlação e tendência, permitindo avaliar a dispersão das perdas.

#### Aplicação na Carteira do RPPS

O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME adota o indicador Value-at-Risk (VaR) como ferramenta de controle e monitoramento do risco de mercado em sua carteira de investimentos.

Nesta análise, o VaR é calculado para todos os ativos que compõem o portfólio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e essa abordagem permite:

- ☐ Identificar os limites de exposição ao risco sistêmico;
- ☐ Avaliar a tolerância da carteira a perdas em cenários adversos;
- ☐ Subsidiar decisões estratégicas de alocação e gestão de ativos.

Essa prática reforça o compromisso do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME com:

- ☐ A governança financeira responsável;
- ☐ A transparência na administração dos recursos;
- ☐ A solidez e sustentabilidade da política de investimentos previdenciária.

Conforme estabelecido nesta Política, o cálculo do VaR segue os seguintes parâmetros:

- ☐ Modelo paramétrico: baseado em pressupostos estatísticos sobre o comportamento dos retornos dos ativos;
- ☐ Intervalo de confiança de 95%: o que significa que há 95% de probabilidade de que as perdas não ultrapassem o valor estimado em condições normais de mercado;
- ☐ Horizonte temporal de 1 dia útil, 21 dias úteis e 252 dias úteis

#### Parâmetros de Monitoramento do Risco de Mercado

Como parte integrante do processo de controle e monitoramento do risco de mercado da carteira de investimentos, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME define limites de exposição por segmento de ativos, conforme detalhado a seguir.

Esses parâmetros deverão ser rigorosamente acompanhados pelos membros do Comitê de Investimentos e pelo Gestor dos Recursos, que deverão proceder à reavaliação dos ativos sempre que os limites previamente estabelecidos, com base em uma janela móvel de 252 dias úteis, forem ultrapassados:

- ☐ Segmento de Renda Fixa: 1,29% do valor total alocado neste segmento;
- ☐ Segmento de Renda Variável e Estruturados: 6,44% do valor total alocado neste segmento;
- ☐ Segmento de Investimentos no Exterior: 8,86% do valor total alocado neste segmento.

Além do monitoramento individual por segmento, será apresentado periodicamente o VaR consolidado da carteira de investimentos, permitindo uma visão integrada da exposição ao risco de mercado. Essa análise visa subsidiar decisões estratégicas, reforçar a governança e garantir a aderência à Política de Investimentos vigente.

#### VAR CONSOLIDADO

VaR 95% 1 du	0,20%
VaR 95,0% 21 du	1,27%
VaR 95,0% 252 du	2,72%
VaR 99,0% 1 du	0,28%
VaR 99,0% 21 du	1,79%
VaR 99,0% 252 du	3,84%

Como instrumento complementar de controle, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME realizará o monitoramento sistemático da rentabilidade dos fundos de investimento que compõem sua carteira, considerando diferentes janelas temporais: mensal, trimestral, semestral, anual e bienal (1, 3, 6, 12 e 24 meses).

Esse acompanhamento visa verificar o nível de aderência ao benchmark de cada ativo, permitindo a identificação de desvios relevantes em relação ao desempenho esperado.

Sempre que forem observadas variações significativas, os resultados deverão ser submetidos à análise do Comitê de Investimentos e do Gestor dos Recursos, que deliberarão sobre a manutenção, substituição ou readequação dos ativos em questão, conforme critérios técnicos e estratégicos definidos na Política de Investimentos.

#### Controle do Risco de Crédito

Na hipótese de aplicação dos recursos financeiros em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registrada; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

#### AGÊNCIA CLASSIFICADORAS DE RISCO RATING MÍNIMO

STANDARD & POOR'S	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATINGS	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e autorizadas a operacionalizar no Brasil, utilizando metodologias reconhecidas para avaliar tanto o nível de risco de ativos financeiros quanto a solidez de instituições financeiras e dos fundos de investimento.

O baixo risco de crédito não deve ser observado apenas no momento da aplicação, mas também durante todo o período em que o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME mantiver recursos investidos, devendo ser monitorado de forma contínua. Essa avaliação compreende não apenas os ativos finais que compõem a carteira dos fundos de investimentos, mas também o rating das instituições financeiras que atuam como gestores, administradores, custodiantes ou contraparte das operações.

Adicionalmente, a análise deve considerar a Lista Exaustiva da Secretaria de Previdência – SPREV, a qual relaciona as Instituições Financeiras habilitadas a receber investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. Assim, a decisão de investimento deve observar cumulativamente: (i) a nota de rating mínima exigida para os ativos e para as Instituições Financeiras envolvidas; e (ii) a habilitação da Instituição Financeira junto à Lista Exaustiva da SPREV.

#### Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em ativos financeiros que tem seu prazo de liquidez superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a aprovação de alocação dos recursos deverá ser precedida de estudo que comprove a análise de evidenciação quanto a capacidade do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

Entende-se como estudo que comprova a análise de evidenciação quanto a capacidade em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, o estudo de ALM – Asset Liability Management.

#### Controle do Risco Operacional e Legal

Para minimizar o impacto causado por erros operacionais e legais, que levam a possíveis perdas financeiras, danos à reputação, interrupção das operações ou até processos administrativos e sindicâncias, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME classifica como importante a implantação do processo de gestão de riscos, que possibilitem identificar, avaliar e mitigar esses riscos.

O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME adotará a Certificação Institucional Pró-Gestão como mecanismo e sistema de qualidade para minimizar o impacto do risco operacional e legal.

A adesão a Certificação Institucional Pró-Gestão tem por objetivo incentivar o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME a adotar melhores práticas de gestão e governança, proporcionando maior controle dos seus ativos e passivos, aprimoramento da qualidade da governança no âmbito da gestão dos riscos, mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

#### 9. ESTUDO DE ALM - ASSET LIABILITY MANAGEMENT

As aplicações dos recursos e sua manutenção deverão observar a compatibilidade entre os ativos investidos e os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, de forma a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos.

Para garantir essa compatibilidade, os responsáveis pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverão manter procedimentos e controles internos formalizados para a gestão do risco de liquidez das aplicações, assegurando que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações. O acompanhamento dos fluxos de pagamentos dos ativos é imprescindível para garantir a aderência aos prazos e valores das obrigações previdenciárias.

Com o objetivo de cumprir essas diretrizes, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME poderá adotar a ferramenta de gestão conhecida como Estudo de ALM – Asset Liability Management. Este estudo compreende a análise detalhada da liquidez da carteira de investimentos frente aos compromissos presentes e futuros, permitindo identificar a melhor trajetória para o cumprimento da meta atuarial, buscando a otimização da carteira e preservando o resultado financeiro no curto, médio e longo prazos.

O Estudo de ALM deverá ser elaborado, no mínimo, uma vez ao ano, após o fechamento da Avaliação Atuarial. Além disso, seu acompanhamento deverá ocorrer de forma periódica, com a emissão de relatórios de atualização em intervalos não superiores a seis meses, possibilitando ajustes tempestivos e a constante aderência entre ativos e passivos.

#### 10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em atendimento ao disposto no Art. 64, §§1º e 2º, da Portaria MTP nº 1.467/2022, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME adotará medidas para honrar os compromissos estabelecidos no Plano de Custeio e/ou no Plano de Segregação de Massas, se houver, assegurando a adequação do Plano de Custeio aprovado e sua compatibilidade com a capacidade orçamentária e financeira do Ente Federativo.

Para tanto, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME poderá recorrer a consultoria especializada para a emissão de estudo de viabilidade que avalie a situação econômica, financeira e orçamentária, com vistas a propor medidas de equacionamento no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME realizará acompanhamento contínuo das informações constantes em seus demonstrativos, os quais deverão ser encaminhados aos órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de subsidiar a análise da capacidade econômica, financeira e orçamentária, garantindo o cumprimento das obrigações presentes e futuras.

#### 11. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

Conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, as informações contidas nessa Política de Investimentos, bem como em suas eventuais revisões, deverão ser disponibilizadas aos interessados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua aprovação.

Atendendo ainda ao disposto no art. 4º, incisos I a V, §§1º e 2º, e no art. 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021, a Política de Investimentos deverá ser publicada no site oficial do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, no Diário Oficial do Município ou em outro meio de fácil acesso e ampla visualização, sem prejuízo de sua divulgação em demais canais oficiais de comunicação.

Além da Política de Investimentos, todos os documentos relacionados à análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e tomada de decisão deverão ser disponibilizados, preferencialmente, no Portal da Transparência, de forma íntegra, clara e tempestiva, garantindo o pleno acesso às informações por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

A observância da transparência alcança, de forma especial, os órgãos de fiscalização e supervisão, como a Secretaria de Previdência – SPREV, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, o Ministério Público e demais instâncias competentes, os quais deverão receber, sempre que requisitado, informações, relatórios e documentos que subsidiem a análise da regularidade e da sustentabilidade da gestão previdenciária.

Neste sentido, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME reafirma o compromisso de manter níveis adequados de divulgação, clareza e acessibilidade, assegurando que todos os interessados, internos ou externos, tenham conhecimento tempestivo sobre a condução dos investimentos, decisões do Comitê de Investimentos, e resultados obtidos, fortalecendo a governança e a confiança institucional.

#### 12. CREDENCIAMENTO E DUE DILIGENCE

##### Modalidade de Credenciamento

Segundo a Portaria MTP nº 1.467/2022, antes da realização de qualquer novo aporte, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, por meio de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Complementarmente, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §1º, inciso VI, e §3º, estabelece que as instituições financeiras escolhidas para receber recursos deverão passar por credenciamento prévio, incluindo o acompanhamento e a avaliação do gestor e do administrador dos fundos de investimento.

Considerando essas exigências, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, mediante Edital de Credenciamento, deverá atestar o cumprimento integral de todos os requisitos mínimos, incluindo:

☐ comprovação de registro ou autorização na forma do §1º, e inexistência de suspensão ou inabilitação pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou por outro órgão competente;

☐ observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro, sem restrições que, a critério das autoridades reguladoras, desaconselhem a manutenção de relacionamento seguro;

☐ análise do histórico de atuação da instituição e de seus principais controladores;

☐ comprovação de experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente envolvidos na gestão de ativos de terceiros; e

☐ avaliação quanto ao volume de recursos sob gestão e administração, à qualificação do corpo técnico e à segregação de atividades.

O credenciamento abrangerá também corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (CCTVM e/ou DTVM) que mantenham relação com operações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, bem como títulos privados emitidos por instituições financeiras. A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos deverá ser formalizada em Termo de Credenciamento, observando os seguintes parâmetros:

☐ embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa do mercado financeiro com convênio com a CVM;

☐ atualização obrigatória a cada 24 (vinte e quatro) meses;

☐ inclusão, no caso de fundos de investimento, do administrador, do gestor e do distribuidor; e

☐ instrução com os documentos exigidos no modelo disponibilizado na página da Previdência Social.

Em aspectos mais abrangentes, no processo de seleção dos gestores e administradores, deverão ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise o mínimo:

☐ Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;

☐ Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez,



mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;

□ Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Os fundos de investimento possuem gestão discricionária, cabendo ao gestor a escolha dos ativos, desde que observados o regulamento do fundo e a regulamentação aplicável aos RPPS.

No que se refere ao distribuidor (instituições do sistema de distribuição ou agentes autônomos de investimento), a análise recairá sobre o contrato de distribuição e sua regularidade perante a CVM.

Complementarmente, apenas serão considerados aptos a receber recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME os fundos de investimento que tenham, como prestadores de serviços de gestão e administração, instituições financeiras que atendam cumulativamente às seguintes condições:

□ O administrador ou gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;

□ O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos Regimes Próprios de Previdência Social e

□ O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos, podendo os fundos de investimentos não enquadrados nos termos acima, permanecer na carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME até seu respectivo resgate ou vencimento.

Procedimentos de Compliance no Credenciamento:

O LEMEPREV realiza procedimentos de compliance como requisito para credenciamento, manutenção e renovação de instituições financeiras.

I – Pesquisa Midiática e Reputacional:

Inclui consulta a mídias especializadas, bases públicas, CVM e Banco Central, visando identificar fatos relevantes, sanções, riscos reputacionais ou informações que possam comprometer a integridade da instituição. Havendo apontamentos, a instituição será oficiada para esclarecimentos.

II – Pesquisa Jurídica:

É solicitada à Procuradoria Jurídica para verificação de ações cíveis, criminais, trabalhistas ou outros litígios envolvendo a instituição, seus sócios ou administradores. Processos relevantes serão analisados e poderão demandar manifestação da instituição.

III – Deliberação:

Os resultados das pesquisas compõem a análise do Comitê de Investimentos, podendo justificar condicionantes, suspensão ou indeferimento do credenciamento.

IV – Monitoramento:

O LEMEPREV poderá realizar novas pesquisas a qualquer momento, sempre que houver fatos novos, alterações regulatórias ou informações que indiquem risco potencial à integridade da instituição financeira ou à segurança dos investimentos.

Esses procedimentos integram o conjunto de práticas de gestão de riscos e de governança, visando assegurar que somente instituições em plena conformidade legal, reputacional e operacional sejam habilitadas a gerir recursos do RPPS.

Processo de Execução

O credenciamento se dará por meio eletrônico, através do sistema eletrônico utilizado pelo LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e certidões negativas requisitadas.

Fica definido adicionalmente como medida de segurança e como critério documental para credenciamento, o relatório Due Diligence da ANBIMA entendidos como “Seção UM, DOIS e TRÊS”.

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer Instituição Financeira administradora e/ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurem instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198/2004 e nº 4.557/2017, respectivamente. As demais Instituições Financeiras que não cumprem tais requisitos, podem ser credenciadas normalmente, entretanto para tal Instituição Financeira estar apta ao aporte do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deve ter ao menos um dos prestadores de serviço devidamente enquadrado.

Os demais parâmetros para o credenciamento foram adotados no processo de implantação das regras, procedimentos e controles internos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME que visam garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando esta Política de Investimentos, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos estabelecidos e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em regulamentação da Secretaria de Previdência.

Validade

As análises realizadas nos processos de credenciamento deverão ser atualizadas a cada 24 (vinte e quatro) meses, ou sempre que houver necessidade em razão de alteração significativa nas condições das instituições ou de seus serviços.

Processo de Due Diligence

Como as Instituições Financeiras já são objeto de credenciamento prévio, o processo de due diligence aplica-se, de forma específica, à contratação da Consultoria de Valores Mobiliários, garantindo que a empresa selecionada atenda plenamente aos requisitos normativos e mantenha padrões elevados de governança, transparência e solidez técnica.

Contratação de Consultoria de Valores Mobiliários

O LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME tem a prerrogativa da contratação de empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 com suas alterações e Resolução CVM nº 19/2021, na prestação dos serviços de ORIENTAÇÃO, RECOMENDAÇÃO E ACONSELHAMENTO, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção é de única e exclusiva responsabilidade do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME.

Para a efetiva contratação da empresa de Consultoria de Valores Mobiliários, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME deverá realizar diligência e avaliação quanto ao perfil dos interessados, considerando no mínimo os critérios definidos abaixo:

□ Que a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento seja de forma profissional, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários;

□ Que a prestação dos serviços seja independente e individualizada, cuja adoção e implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos sejam exclusivas do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME;

□ Que a prestação de serviços de orientação, recomendação e aconselhamento abranjam no mínimo os temas sobre: (i) classes de ativos e valores mobiliários, (ii) títulos e valores mobiliários específicos, (iii) Instituições Financeiras no âmbito do mercado de valores mobiliários e (iv) investimentos no mercado de valores mobiliários em todos os aspectos;

□ As informações disponibilizadas pelo consultor de valores mobiliários sejam verdadeiras, completas, consistentes e não induzir o investidor a erro, escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa;

□ Que apresente em contrato social um Consultor de Valores Mobiliários como responsável pelas atividades da Consultoria de Valores Mobiliários;

□ Que apresente em contrato social um Compliance Officer como responsável pela implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos das

normas estabelecidas pela Resolução CVM nº 19/2021;

□ Que mantenha página na rede mundial de computadores na forma de consulta pública, as seguintes informações atualizadas: (i) formulário de referência; (ii) código de ética, de modo a concretizar os deveres do consultor de valores mobiliários; (iii) a adoção de regras, procedimentos e descrição dos controles internos e (iv) a adoção de política de negociação de valores mobiliários por administradores, empregados, colaboradores e pela própria empresa;

□ Que apresentem em seu quadro de colaboradores no mínimo um Economista devidamente registrado no Conselho Regional de Economia – CORECON;

□ Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem experiência profissional nas atividades diretamente relacionadas à consultoria de valores mobiliários, gestão de recursos de terceiros ou análise de valores mobiliários;

□ Que os profissionais e consultores que atuam diretamente nas atividades de orientação, recomendação e aconselhamento comprovem possuírem no mínimo as certificações: CEA (Certificação ANBIMA de Especialistas em Investimento), CGA (Certificação de Gestores ANBIMA), CNPI (Certificação Nacional do Profissional de Investimento) e registro de Consultor de Valores Mobiliários pessoa física (a comprovação das Certificações não são cumulativas por profissional).

Não serão considerados aptos os prestadores de serviços que atuem exclusivamente com as atividades:

□ Como planejadores financeiros, cuja atuação circunscreva-se, dentre outros serviços, ao planejamento sucessório, produtos de previdência e administração de finanças em geral de seus clientes e que não envolvam a orientação, recomendação ou aconselhamento;

□ Que promovam a elaboração de relatórios gerenciais ou de controle que objetivem, dentre outros, retratar a rentabilidade, composição e enquadramento de uma carteira de investimento à luz de políticas de investimento, regulamentos ou da regulamentação específica incidente sobre determinado tipo de cliente;

□ Como consultores especializados que não atuem nos mercados de valores mobiliários, tais como aqueles previstos nas regulamentações específicas sobre fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento imobiliário e

□ Consultores de Valores Mobiliários que atuam diretamente na estruturação, originação, gestão, administração e distribuição de produtos de investimentos que sejam objeto de orientação, recomendação e aconselhamento aos seus clientes.

Será admitido que o Consultor de Valores Mobiliários contratado e as entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LEME em comum acordo, estabeleçam canais de comunicação e ferramentas que permitam conferir maior agilidade e segurança à implementação das orientações, recomendações e aconselhamentos na execução de ordens.

Não serão aceitas ferramentas fornecidas ou disponibilizadas pelos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, mesmo que de forma gratuita, não gerando assim Conflito de Interesse ou a indução a erros por parte do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LEME.

Fica vedada a contratação de empresas de Consultoria de Valores Mobiliários que possuam, em sua composição societária, pessoas físicas e jurídicas que atuem na gestão, administração ou distribuição de recursos. Essa proibição tem como objetivo evitar potenciais conflitos de interesse, assegurando que as recomendações e orientações fornecidas pela consultoria sejam independentes e isentas, em conformidade com as boas práticas de governança.

O processo de Due Dilligence deverá ser documentado em Relatório Específico, atualizado a cada 24 (vinte e quatro) meses ou sempre que ocorrer alteração relevante na estrutura da consultoria ou nos requisitos normativos aplicáveis.

Responsabilidade Socioambiental

O RPPS buscará contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de práticas de investimento que considerem externalidades sociais, ambientais e de governança, sem prejuízo da segurança, rentabilidade e liquidez, princípios fundamentais do regime. Serão priorizadas, quando equivalentes, alternativas de investimento com melhor aderência a critérios ESG.

Na seleção de gestores e ativos, o RPPS avaliará se a instituição financeira ou gestora adota políticas, métricas ou práticas de integração ESG, tais como:

- existência de política formal ESG;
- engajamento e voto em assembleias;
- avaliação de riscos socioambientais;
- divulgação de relatórios ESG;
- adesão a códigos ou iniciativas de investimento responsável.

A ausência de políticas ESG não impede o investimento, porém será registrada e considerada na avaliação qualitativa.

### 13. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LEME, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Metodologia

Marcações

O processo de marcação a mercado consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de marcação na curva consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar as oscilações de preço auferidas no mercado.

Critérios de Precificação

Títulos Públicos Federais

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

Marcação a Mercado

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

Onde:

Vm = valor de mercado

= preço unitário atual

= quantidade de títulos em posse do regime

Marcação na Curva

Na aquisição dos Títulos Públicos Federais contabilizados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LEME deverá cumprir cumulativamente as exigências da Portaria MTP nº 1.467/2021 sendo elas:

a) seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras;

b) sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;

c) seja comprovada a intenção e capacidade financeira do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE LEME de mantê-los em carteira até o vencimento; e

d) sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos

adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

□ Tesouro IPCA – NTN-B

O Tesouro IPCA – NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

Onde:

= Valor Nominal Atualizado

= Valor Nominal Atualizado na data da compra

= Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

□ Tesouro SELIC – LFT

O Tesouro SELIC – LFT possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

Onde:

= Valor Nominal Atualizado

= Valor Nominal Atualizado na data da compra

= Inflação atualizada

□ Tesouro Prefixado – LTN

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

Onde:

= Taxa negociada no momento da compra

= Valor de negociação do Título Público na data final

= Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

Onde:

= Taxa negociada no momento da compra

= Valor de negociação do Título Público na data final

= Valor de negociação do Título na aquisição

□ Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

Em que DUn é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

□ Tesouro IGPM com Juros Semestrais – NTN-C

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGP-M ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

Onde:

= é o valor unitário apresentado em um dia

= taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

Onde:

= valor unitário do Título Público Federal

= Valor Nominal Atualizado

= é o valor unitário apresentado em um dia

Fundos de Investimentos

A Resolução CVM 175 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

: saldo inicial do investimento

: rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

Onde:

- : valor atual do investimento
- : valor da cota no dia
- : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

De acordo com os Arts, nº 143 a 147 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a forma como os ativos dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII são precificados segue regras específicas. O Art. nº 145 determina que esses ativos podem ser classificados como disponíveis para negociação futura ou para venda imediata. Nesses casos, é obrigatória a chamada marcação a mercado, ou seja, os ativos devem ser avaliados de acordo com o valor de mercado atual. No entanto, se os ativos forem mantidos até o vencimento, existe a possibilidade de usar outras formas de precificação, diferentes da marcação a mercado, como a marcação patrimonial, que segue normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme descrito no Art. 147. Essa flexibilidade de escolha permite adaptar a avaliação dos ativos conforme a estratégia e o perfil do fundo, sempre em conformidade com as regulamentações aplicáveis aos FIIs.

#### Títulos Privados

A precificação dos títulos privados deve seguir critérios técnicos de marcação a mercado, assegurando que os ativos reflitam adequadamente seu valor econômico e os riscos de crédito associados ao emissor.

#### □ Certificados de Depósito Bancário – CDB

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é fluante ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

oCDBs pré-fixados: a precificação é feita pela marcação a mercado, calculada pelo desconto do valor futuro do título pela taxa pré-fixada de mercado, acrescida de um spread de risco definido em função do prazo e do rating do emissor.

oCDBs pós-fixados: atualizados pelo CDI, sua precificação é feita projetando o valor futuro pela taxa contratada (percentual ou CDI acrescido de spread) e descontando-o pela curva de juros de mercado, considerando também o spread de risco do emissor.

#### □ Letras Financeiras – LF

As Letras Financeiras – LF's são títulos emitidos por Instituições Financeiras, com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e sem liquidez antes do vencimento. Têm como objetivo a captação de recursos de longo prazo.

A precificação das LFs segue o método de marcação a mercado, sendo calculada pelo desconto do fluxo de pagamentos futuros do título (juros e principal) com base nas taxas de juros praticadas no mercado secundário para o prazo remanescente, acrescidas do spread de risco de crédito do emissor.

Em síntese, os critérios de precificação adotados visam refletir, de forma transparente e tempestiva, o valor econômico dos ativos privados, assegurando maior consistência na gestão da carteira e respeito às normas aplicáveis aos RPPS.

#### 14. FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

a) Títulos Públicos Federais e debêntures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm));

b) Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>);

c) Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([https://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/valor-nominal-atualizado.htm));

d) Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA ([http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/)); e

e) Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).

#### 15. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação dos resultados da carteira de investimento e de seus respectivos fundos de investimentos, serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Como forma de acompanhamento, será obrigatório a elaboração de relatórios mensais, que contemplem no mínimo informações sobre a rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas quanto as aplicações dos recursos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, bem como a aderência das alocações e dos processos decisórios relacionados.

O referido relatório mensal deverá ser acompanhado de parecer do Comitê de Investimentos, que deverá apresentar a análise dos resultados obtidos no mês de referência, inclusive suas considerações e deliberações.

O Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos.

Deverão fazer parte dos documentos do processo de acompanhamento e avaliação:

□ Editorial sobre o panorama econômico relativo à semana e mês anterior;

□ Relatório Mensal que contém: análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos; análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos; cumprindo a exigência da Portaria MTP nº 1.467/2022.

□ Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados a Resolução CVM 175/2022 que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;

□ Relatório de Análise de Fundos de Investimentos classificados como “Estruturados” que contém: análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;

□ Relatório de Análise da Carteira de Investimentos com parecer opinativo sobre estratégia tática e

□ Relatório de Diligência segundo a exigência do Manual do Pró-Gestão em atendimento ao Nível II.

#### 16. PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência estabelecido, contempla a abrangência exigida pela Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu Art. 4º, inciso VIII, ou seja, entende-se por “contingência” no âmbito desta Política de Investimentos a excessiva exposição a riscos e potenciais perdas dos recursos.

Com a identificação clara das contingências, chegamos ao desenvolvimento do plano no processo dos investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva e Gestor dos Recursos, como também o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

A execução do Plano de Contingência será deliberada pelo Comitê de Investimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da manifestação da ocorrência, em sistema de processo eletrônico, movido pela Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos, Gestor de Recursos ou demais interessados.

##### Plano de Contingência para Riscos de Mercado

Ao Risco de Mercado deve-se atribuir o controle e mensuração de riscos realizados periodicamente através dos indicadores apresentados no Relatório Mensal de Investimentos, funcionando como plano continuamente executado, uma vez que o Comitê de Investimentos e Gestor de Recursos acompanham sistematicamente o mercado financeiro e suas implicações e riscos à carteira de investimentos, identificando riscos de mercado em descompasso com as diretrizes da Política de Investimentos, o Comitê deliberará sobre a realocação necessária à mitigação do risco.

##### Plano de Contingência para Riscos de Crédito

O Risco de Crédito estará presente invariavelmente nos fundos que possuam ativos de crédito privado em suas carteiras. Para mitigar esse risco, o plano deverá acompanhar o desempenho mensal dos fundos que possuam ativos de crédito privado, abrindo a carteira desses fundos para análise mensal, sendo que identificado ativos em situação de inadimplência será solicitada informações pormenorizadas ao gestor do fundo para que o Comitê de Investimentos possa deliberar sobre a manutenção ou resgate do investimento.



#### Plano de Contingência para Riscos de Liquidez

A liquidez necessária à carteira de investimentos está baseada no estudo técnico de ALM, analisado e aprovado pelo Comitê de Investimentos. O controle é realizado mensalmente ao se verificar a composição da carteira de investimentos, sendo que, caso seja identificado risco de liquidez, o Comitê deliberará sobre realocação que devolva à carteira os níveis de liquidez desejados.

#### Plano de Contingência para Riscos de Operacional

Devido aos diversos fatores e eventos advindos do risco operacional, limitar-se-á a obrigatoriedade de dar conhecimento aos envolvidos na gestão de investimentos de quaisquer falhas de caráter humano ou tecnológico que tragam ou que tenham potencial significativo de trazer perdas à carteira de investimentos, sendo que o Comitê de Investimentos e o Gestor de Recursos deverão comunicar a Diretoria Executiva que tomará as medidas legais e administrativas cabíveis.

#### Plano de Contingência para Riscos de Terceirização

O Gestor de Recursos acompanhará periodicamente o desempenho dos diversos gestores e administradores dos recursos aplicados pelo LEMEPREV, devendo acompanhar sistematicamente os diversos agentes externos envolvidos no processo de investimentos, sendo que identificado risco significativo dará ciência ao Comitê de Investimentos que poderá sugerir o resgate dos recursos geridos ou administrados pelo agente, pessoa física ou jurídica.

#### Plano de Contingência para Riscos Sistemático

No Risco Sistemático o controle será realizado periodicamente através dos indicadores apresentados no Relatório Mensal de Investimentos, funcionando como plano continuamente executado, assim, uma vez identificado risco sistêmico em descompasso com as diretrizes da Política de Investimentos, o Comitê deliberará sobre a realocação necessária à mitigação do risco.

#### Plano de Contingência para Riscos Legais

O Comitê de Investimentos acompanhará mensalmente os limites aplicáveis à Resolução CMN nº 4.963/2021 e a esta Política de Investimentos, além do envio dos demonstrativos obrigatórios, da publicação dos relatórios e APRs, parte integrante das rotinas de trabalho do Controle Interno do LEMEPREV que notificará o Gestor de Recursos e Diretoria Executiva para que sejam tomadas as providências necessárias.

#### Exposição Excessiva a Risco

Entende-se como Exposição ao Risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

- 1Desenquadramento da Carteira de Investimentos;
- 2Desenquadramento do Fundo de Investimento;
- 3Desenquadramento da Política de Investimentos;
- 4Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento dos itens acima descritos, fica o Gestor de Recursos, devidamente definido nesta Política de Investimentos, obrigado a:

#### Contingências Medidas Resolução

- |  |  |
|--|--|
| 1 – Desenquadramento da Carteira de Investimentos  | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; |
| b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;                          |  |
| c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.                                | Curto, Médio e Longo Prazo                       |
| 2 – Desenquadramento do Fundo de Investimento  | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; |
| b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;                          |  |
| c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.                                | Curto, Médio e Longo Prazo                       |
| 3 – Desenquadramento da Política de Investimentos  | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; |
| b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;                          |  |
| c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.                                | Curto, Médio e Longo Prazo                       |
| 4 – Movimentações Financeiras não autorizadas  | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; |
| b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;                          |  |
| c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução;                                      |  |
| d) Ações e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis. | Curto, Médio e Longo Prazo                       |

#### Potenciais Perdas dos Recursos

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

#### Contingências Medidas Resolução

- |   |  |
|---|--|
| 1 – Potenciais perdas de recursos   | a) Apuração das causas acompanhado de relatório; |
| b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo;                           |  |
| c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica. | Curto, Médio e Longo Prazo                       |

### 17.CONTROLES INTERNOS

Antes de qualquer aplicação, resgate ou movimentações financeiras ocorridas na carteira de investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, os responsáveis pela gestão dos recursos deverão seguir todos os princípios e diretrizes envolvidos nos processos de aplicação dos recursos.

O acompanhamento mensal do desempenho da carteira de investimentos em relação a Meta de Rentabilidade definida, garantirá ações e medidas no curto e médio prazo do equacionamento de quaisquer distorções decorrentes dos riscos a ela atrelados.

Com base nas determinações da Portaria MTP nº 1.467/2022, foi instituído o Comitê de Investimentos através da Lei Municipal nº 840/2020, com a finalidade mínima de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos.

Suas ações são previamente aprovadas em Plano de Ação estipulado para o exercício corrente e seu controle será promovido pelo Gestor dos Recursos e Presidente do Comitê de Investimentos.

Entende-se como participação no processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos a abrangência de:

- ☐ garantir o cumprimento das normativas vigentes;
- ☐ garantir o cumprimento da Política de Investimentos e suas revisões;
- ☐ garantir a adequação dos investimentos de acordo com o perfil do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME;
- ☐ monitorar o grau de risco dos investimentos;
- ☐ observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido;
- ☐ garantir a gestão ética e transparente dos recursos;
- ☐ garantir a execução dos processos internos voltados para área de investimentos;
- ☐ instaurar sindicância no âmbito dos investimentos e processos de investimentos se assim houver a necessidade;

- ☐ executar plano de contingência no âmbito dos investimentos conforme definido em Política de Investimentos se assim houver a necessidade;
- ☐ garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;
- ☐ garantir que a Alocação Estratégica esteja em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro e
- ☐ qualquer outra atividade relacionada diretamente a área de investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em formato de relatório e/ou parecer, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequada ao porte do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME.

Os relatórios e/ou pareceres supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Secretária de Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal, Controle Interno e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

## 18.DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, sendo que o prazo de validade compreenderá apenas o ano de 2026.

Reuniões extraordinárias promovidas pelo Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MTP nº 1.467/2022, Art. 76, Inciso II.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Para fins de análise e elegibilidade, somente serão considerados os produtos ofertados por gestoras classificadas entre os 15 (quinze) primeiros colocados no Ranking de Gestão ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), na respectiva categoria. Além disso, os fundos deverão apresentar série histórica mínima de 12 (doze) meses desde o início de funcionamento.

Ressalvadas situações especiais, como fundos fechados ou fundos abertos com janelas restritas de captação, o Comitê de Investimentos poderá autorizar exceções a esses critérios, devendo justificar e registrar a decisão em ata.

A Gestão de Movimentação dos Recursos do LEMEPREV abrange os procedimentos de aplicação e resgate, executados conforme proposta do Comitê de Investimentos, análise do Gestor de Recursos e validação da Diretoria Executiva. Todas as movimentações devem observar os limites e diretrizes da Política de Investimentos, incluindo justificativa técnica, emissão de ofícios às instituições financeiras e registro formal por meio dos formulários de APR. O processo é integralmente documentado, monitorado e reportado aos órgãos de controle, garantindo transparência e conformidade.

Ficam autorizadas aplicações em novos investimentos, bem como a realocação da carteira de investimentos do LEMEPREV, sem prévia aprovação do Conselho Deliberativo, sendo necessária a aprovação quando se tratar de aplicações em fundos estruturados, nos ditames e parâmetros estabelecidos e aprovados nesta Política de Investimentos.

O Comitê de Investimentos fica autorizado, mediante fundamentação técnica e desde que o fundo esteja regular perante o MPS e a CVM, a propor o resgate de fundos com cota negativa ou depreciada. A operação somente poderá ocorrer após deliberação formal do Conselho Deliberativo. Essa medida poderá ser adotada para evitar longos períodos de recuperação, mitigar perdas e possibilitar a realocação em alternativas mais rentáveis. A decisão deve apresentar justificativa clara quanto à dificuldade de recuperação das cotas e às características dos ativos que compõem o fundo.

O acompanhamento da execução da Política de Investimentos será realizado através do Relatório Mensal de Investimentos e Relatório Analítico de Investimentos.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas e à Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do Comitê de Investimentos, que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e execução; cópia da Ata do órgão superior de deliberação competente, que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento deverá ser assinado:

- ☐ pelo representante do LEMEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE LEME e
- ☐ pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos em atendimento ao artigo 91 da Portaria nº 1.467/2022.

## 19.ASSINATURAS

### Membros da Diretoria Executiva:

Vanessa Galloni Carrera	Charles de Marchi	Cristiane Habermann
Diretora Presidente	Diretor de Previdência	Diretora Administrativa e Financeira

### Membros do Comitê de Investimentos:

Gersiane Gomes Barbosa	Charles de Marchi	Claudia Dametto Tambolim
Presidente	Vice-presidente	Secretária
Bruna Mízael Corrêa	Adriana Pelais Regente	
Membro	Membro	

Gestora de Recursos: Juliana Oliva Perez

### Membros do Conselho Deliberativo:

Jéssica Roberta Cello	Francisca Vieira da Silva	Pablo Alves Beltran
Presidente	Membro	Membro
Sérgio Henrique Piccoli	Idely Martins Sampaio	Aline Rodrigues Rangel Sá Teles
Membro	Membro	Membro

ERRATA DE EXTRATO

EXTRATO DO VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2025, DE 02/01/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEME, POR INTERMÉDIO DA SUA SECRETARIA DE SAÚDE, E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LEME PARA FINS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DE VALOR.

TERMO ADITIVO: 21º  
CONVENIENTE: Município de Leme  
CONVENIADA: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme  
OBJETO: Execução pela Conveniada dos serviços de saúde identificados e caracterizados no Plano Operativo para o ano de 2026 visando a garantia da atenção integral à saúde da população atendida pela conveniada.  
Prazo: 01 de janeiro de 2026 á 31 de dezembro de 2026  
Valor estimado: R\$ 34.324.594,80 anual – Fonte: 1 Recursos Tesouro; R\$ 17.323.762,80 anual – Fonte: 5 – Recursos Federal e R\$ 10.766.194,44 anual - Fonte: 2 Recurso Estadual.  
Data da Assinatura: 17/12/2025.  
Suporte Legal: Lei Municipal nº 3069 de 10/12/2009; Lei 14.133 de 01/04/2021; Lei Ordinária nº 4.349 de 12/12/2024.  
Leme, 17 de dezembro de 2025

Lisete Cristina Ganeo Kinock  
Secretária de Saúde do Município

PREFEITURA DE LEME

PORTARIA Nº 001/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Exonera Funcionário

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
EXONERA, a partir de 05 de janeiro do corrente ano, a Sra. ROBERTA CRISTINA DA SILVA BORGES, CPF XXX.804.168-XX, do cargo de Secretária Municipal de Educação, retornando ao seu cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Básica I – PEB I.  
Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

PORTARIA Nº 002/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Exonera Funcionário

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
EXONERA, a partir de 05 de janeiro do corrente ano, o Sr. ELIAS ELIEL FERRARA, CPF XXX.803.718-XX, do cargo de Secretário Municipal de Governo.  
Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

PORTARIA Nº 003/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Exonera Funcionário

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
EXONERA, a partir de 05 de janeiro do corrente ano, o Sr. CARLOS ANTONIO DINIZ, CPF XXX.960.348-XX, do cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito.

Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

PORTARIA Nº 004/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Nomeia Secretário

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
NOMEIA, a partir de 06 de janeiro do corrente ano, o Sr. ELIAS ELIEL FERRARA, CPF XXX.803.718-XX, para o cargo de Secretário Municipal de Educação.  
Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

PORTARIA Nº 005/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Nomeia Secretário

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
NOMEIA, a partir de 06 de janeiro do corrente ano, o Sr. NIVALDO APARECIDO BEGNAMIA, CPF XXX.226.278-XX, para o cargo de Secretário Municipal de Governo.  
Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

PORTARIA Nº 006/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Cancela a Chefia do Núcleo de Recreação de Esportes e Lazer Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
CANCELA, a partir de 15 de dezembro de 2025, a atribuição da Chefia do Núcleo de Recreação de Esportes e Lazer, efetuada através da Portaria nº 048/2025, de 02 de janeiro de 2025, ao servidor JOSE CARLOS PEREIRA DE LIMA.  
Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

PORTARIA Nº 007/2026, de 05 de janeiro de 2026  
Atribui Chefia do Núcleo de Recreação de Esportes e Lazer Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais,  
ATRIBUI, a partir de 05 de janeiro do corrente ano, ao servidor AROLDO WILLIAM DA SILVA, CPF XXX.764.288-XX, a Chefia do Núcleo de Recreação de Esportes e Lazer, fazendo jus à gratificação prevista no Anexo II da Lei Complementar nº 624/2011, alterado pela Lei Complementar nº 683/2014, de 07 de julho de 2014 e alterações.  
Leme, 05 de janeiro de 2026.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES  
Prefeito do Município de Leme

EXTRATO - INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

GERENCIADORA DA ATA: Secretaria de Saúde do Município de Leme;  
DETENTORA DA ATA: R.H.POMES DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA - CNPJ nº 13.013.518/0001-01; OBJETO: instauração de processo administrativo punitivo em decorrência de descumprimento de obrigação contratual - Ata de Registro de Preços nº 45/2025, Pregão Eletrônico 85/2024 - PF nº 10471/25 - Nota de Empenho nº 14702/25. Notificação - prazo defesa 15 dias úteis. SUPORTE LEGAL: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 8.058/23.  
Leme, 07 de janeiro de 2025.

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK  
Secretária Municipal de Saúde

DESPESAS EFETUADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME MÊS DEZEMBRO 2025

FICHA - 01	
DOTAÇÃO 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	939.932,06
FOLHA MÊS DEZEMBRO SERVIDORES	559.499,48
FOLHA MÊS DEZEMBRO VEREADORES	380.432,58
FICHA - 03	
DOTAÇÃO 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS MINISTERIO DA FAZENDA-SRF- INSS	64.991,59
FICHA - 7718	
DOTAÇÃO 3.1.90.16.00 - OUTRAS DESP.VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.695,47
FOLHA MÊS DEZEMBRO SERVIDORES	1.695,47
FICHA - 9919	
DOTAÇÃO 3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA ORÇAMENTO	57.053,58
RPPS DO MUNICIPIO DE LEME - LEMEPREV	57.053,58
FICHA - 09	
DOTAÇÃO 3.3.90.14.00 - DIÁRIAS-PESSOAL CIVIL	1.800,50
FOLHA MÊS DEZEMBRO SERVIDORES	1.800,50
FICHA - 11	
DOTAÇÃO 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	4.726,53
ARLINDO CARREIRA & CIA LTDA	297,60
AUTO POSTO CRISTAL LEME LTDA	1.216,23
BEATRIZ ALVES DA CRUZ ME	1.045,50
CELEGHINI E CELEGHINI LTDA	496,00
FENIX GAS E ÁGUA LTDA	143,40
JC BELTRAM SUPERMERCADOS LTDA	243,90
MARCO AURELIO GALLO	165,95
PAULO VALDIR SACCHI ME	280,00
PAVAN TINTAS COMERCIAL LTDA	57,60
VP LEME CELULARES LTDA	299,90
YT BORTHOLIN COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	480,45
FICHA - 9915	
DOTAÇÃO 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO	199,95
CARLOS LEME PENTEADO NETO	100,00
MICHAEL DOS SANTOS CIPOLA	99,95
FICHA - 13	
DOTAÇÃO 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOTIVO	38,00
SEM PARAR INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	38,00
FICHA - 9916	
DOTAÇÃO 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOTIVO	457,58
ITALO FERREIRA	163,50
NEIDE APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	314,13

PRISCILA ANDREA DOS SANTOS CAETANO	109,77
RONALDO HOLANDA DA SILVEIRA	93,42
TIAGO HENRIQUE MARTINS - DEVOLUÇÃO	-223,24
FICHA - 15	
DOTAÇÃO 3.3.90.34.00 - ODD DE PESSOAL DEC. DE CONTRATOS DE TERCEI	4.800,00
HEDGER SEGURANÇA PATRIMONIAL E TERCEIRIZAÇÕES LTDA	4.800,00
FICHA - 21	
DOTAÇÃO 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAL JURIDICA	85.501,67
ADONIAS MIRANDA	3.450,00
ANDRE LUIS MENEGUETTI	200,00
BANCO DO BRASIL SA	14,94
BEATRIZ ALVES DA CRUZ ME	2.441,20
DC CLIMATIZAÇÃO LTDA	600,00
ELEKTRO REDES S.A	3.613,94
GENTE SEGURADORA SA	1.793,89
GRÃO SANTO CAFÉ LTDA	650,00
J.A. INDUSTRIA GRAFICA LTDA	465,00
LUIS ANTONIO BOY	900,00
PAULO VALDIR SACCHI ME	100,00
PER SETTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	440,00
RENATA DE CASSIA DOMINGUES FERRARA ME	2.366,14
SEM PARAR INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	69,15
SIDINEI ROBERTO MEDEIROS	1.900,00
TERESA RAQUEL SOARES DE SOUZA MARTINS	1.032,78
UNIMED ANHANGUERA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	63.219,13
V.F.A. LEME COMERCIO E ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	340,00
XTURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA	1.905,50
FICHA - 9918	
DOTAÇÃO 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAL JURIDICA	750,00
SANDRA APARECIDA MARTINS KAUFFEMANN	750,00
FICHA - 23	
DOTAÇÃO 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COM.-PJ	103.463,99
E & L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA	2.569,23
NANO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI	86.389,28
PUBLIC SYSTEM TECHNOLOGY LTDA	7.200,00
VARITUS BRASIL LTDA	112,99
XTURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA	7.192,49
FICHA - 9195	
DOTAÇÃO 3.3.90.46.00 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	14.800,00
FOLHA MÊS DEZEMBRO SERVIDORES	14.800,00
FICHA - 8200	
DOTAÇÃO 3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	420,00
MINISTERIO DA FAZENDA-SRF- INSS	420,00
FICHA - 28	
DOTAÇÃO 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	62.949,48
ARLINDO CARREIRA & CIA LTDA	2.489,14
CADEIRAS OFFICE PRIME COMERCIO DE MOVEIS	32.943,00
JORGE ID FACURI	11.257,34
PAULO VALDIR SACCHI ME	16.260,00
TOTAL DESPESAS DO MÊS	1.343.580,40

CINTIA CRISTINA GROSSKLAUSS  
Presidente